

DISCURSOS DO PODER, POLÍTICA EDUCACIONAL E OS LIVROS DIDÁTICOS DE LEITURA NO RIO GRANDE DO SUL (1930/1945)

Berenice Corsetti

Elisabete Magda Klaus

Márcia Cristina Furtado Ecoten

Resumo

Este trabalho trata da relação percebida entre os discursos pronunciados pelos dirigentes maiores da educação brasileira, no período de 1930 a 1945, os quais explicitaram os pressupostos da política educacional então vigente, e os manuais didáticos de leitura utilizados nas escolas primárias do Rio Grande do Sul. Buscou-se perceber o papel por eles desenvolvidos na construção do ideário legitimador do modelo sócio-econômico e político, à época, bem como do imaginário coletivo que respaldou a consolidação desse modelo. Através de categorias teóricas que sistematizaram as informações, percebemos o universo de valores transmitidos às crianças das escolas primárias, preparando-as para a sua inserção ordeira e disciplinada na sociedade de então.

Palavras-chave: Livros de leitura; Rio Grande do Sul; Política educacional.

DISCOURSES OF POWER, INTERNATIONAL POLITICS, AND READING EDUCATIONAL BOOKS IN RIO GRANDE DO SUL (1930 – 1945)

Abstract

This paper is about the connection that has been noticed relating the discourses pronounced by the most important leaders of the Brazilian education from 1930 to 1945, that clearly stated the presuppositions of the educational politics which were current on that time, and the reading educational manuals that were used at the primary schools in Rio Grande do Sul. We have tried to notice the role played by them on building up the legitimizing ideas of the political and socioeconomic model of that time and also the collective ideas which supported the consolidation of this model. Having as our base the theoretical categories that systematized the information, we noticed the universe of values that was transmitted to the children who studied in the primary schools, preparing them to become an orderly and disciplined part of the society of that time.

Keywords: Reading books; Rio Grande do Sul; Educational politics.

DISCURSOS DE PODER, POLÍTICA EDUCATIVA Y LOS LIBROS DIDÁCTICOS DE LECTURA EN RÍO GRANDE DO SUL (1930/1945)

Resumen

Este trabajo trata de la relación que se percibe entre los discursos pronunciados por los dirigentes más importantes de la educación brasileña, en el período de 1930 a 1945, que dejaron explícitos los objetivos de la política educativa vigente de ese momento, y los manuales didácticos de lectura utilizados en las escuelas primarias de Río Grande do Sul. Se procuró entender el rol que estos manuales desarrollaron en la construcción del ideario legitimador del modelo socioeconómico y político de la época, así como el imaginario colectivo que respaldó la consolidación de ese modelo. A través de categorías teóricas que sistematizaron las informaciones, hemos notado el universo de valores transmitidos a los niños de las escuelas primarias, preparándolos para su inserción organizada y disciplinada en la sociedad de entonces.

Palabras clave: Libros de lectura; Río Grande do Sul; Política educativa.

DISCOURS DU POUVOIR, POLITIQUE ÉDUCATIONNELLE ET LES LIVRES DIDACTIQUES DE LECTURE AU RIO GRANDE DO SUL (1930/1945)

Résumé

Ce travail se penche sur la relation entre les discours prononcés par les dirigeants de l'éducation brésilienne entre 1930 et 1945, qui ont exprimé les présupposés de la politique éducationnelle d'alors et les manuels didactiques de lecture utilisés dans les écoles primaires du Rio Grande do Sul. L'on a cherché à comprendre le rôle qu'ils ont joué dans la construction de l'idéal qui légitimait le modèle socio-économique et politique à cette époque-là et de l'imaginaire collectif qui a soutenu la consolidation de ce modèle. Au moyen de catégories théoriques qui ont systématisé les informations, on perçoit l'univers de valeurs transmises aux enfants des écoles primaires, qui les préparent pour leur insertion disciplinée dans la société de l'époque.

Mots-Clés: livres de lecture; Rio Grande do Sul; politique éducationnelle.

Introdução

Este trabalho apresenta resultados parciais alcançados através de investigação que vem sendo realizada em manuais didáticos do período de 1930/1945, bem como sobre sua relação com a política educacional adotada no Rio Grande do Sul, no período. Aqui tratamos especificamente da utilização dos livros de leitura, que foram analisados com vistas à percepção do papel por eles desenvolvidos na construção do ideário legitimador do modelo sócio-econômico e político, à época, bem como do imaginário coletivo que respaldou a consolidação desse modelo. O procedimento metodológico utilizado foi o de selecionar o conteúdo identificado nos livros, agrupando-o através de categorias teóricas escolhidas para organizar as informações. As categorias definidas foram: trabalho, propriedade, hierarquia, família, ordem, civismo, heróis, higienização e educação, que foram aproximadas e analisadas dialeticamente. Esses elementos foram cruzados com os discursos dos dirigentes maiores da política educacional brasileira, permitindo perceber a articulação que se estabeleceu entre os pressupostos políticos e educacionais divulgados nacionalmente e o papel dos livros de leitura na sua divulgação e disseminação junto às crianças das escolas primárias do Rio Grande do Sul.

1 O contexto histórico e a política educacional

Entre 1930 e 1945, a história brasileira iniciou um expressivo esforço de construção de um projeto nacional baseado na industrialização, fundamentado numa política de substituição de importações. O modelo de desenvolvimento nacional constituído a partir de então se relacionou com a consolidação do poder central, que se esboçou em 1930 e se confirmou em 1937. O país foi dotado de um centro de decisões com considerável

autonomia, no contraponto aos grupos econômicos e políticos tradicionais. Diversas ações políticas foram desenvolvidas, caracterizando políticas públicas peculiares da época, tanto no campo econômico como social.

O Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1945, de forma distinta do processo que se desenvolvia a nível nacional, manteve sua economia baseada na agropecuária. É um período em que as atividades econômicas permitiam a seus dirigentes – homens de Estado, empresários e muitos outros – alimentarem-se de muito otimismo, frente à convicção de que uma industrialização diferenciada surgiria organicamente das forças econômicas sulinas. Na década de 1950, essa certeza deu lugar a dúvidas e ao pessimismo, o que reorientará a ação do Estado no campo econômico. Para os fins deste trabalho, iremos nos restringir à caracterização do período que é alvo de nosso interesse.

Durante os anos situados entre 1930 e 1945, a economia política gaúcha caracterizou-se por atingir o apogeu de seu modelo histórico de desenvolvimento, construído ao longo de um século. O referido modelo implicou num processo de acumulação de riquezas, de capital e de dominação política bastante próprio, com características econômicas, políticas e ideológicas. O modelo histórico gaúcho foi composto por uma economia regional capitalista com linhas próprias, cujo eixo central esteve fundamentado nas atividades agropecuárias conectadas às atividades fabris e exportadoras. A ideologia de “democracia agrária”, “desenvolvimento harmônico das forças produtivas” e a perspectiva do Estado depender sempre de suas próprias forças para avançar no seu desenvolvimento, completou esse modelo.

Evidenciou-se, assim, uma dinâmica econômica caracterizada por sua dependência das remessas para outras regiões brasileiras e da expansão dos mercados urbanos, bem como por encontrar, na organização agrária, um mercado pouco expressivo para seu crescimento. O papel do Rio Grande do Sul, no cenário nacional, restringiu-se, nesse período, o de ser uma área de

abastecimento, sobretudo de matérias-primas para o exterior e de gêneros alimentícios para o mercado interno nacional.

Em termos políticos, o período em questão foi marcado pelos governos de Flores da Cunha (interventor de 1930/1914 e governador de 1914 a 1937), bem como pela administração dos interventores indicados durante o Estado Novo: o coronel Daltro Filho (1937/1938), o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias (1938/1943) e o coronel Ernesto Dornelles (1943/1945). Durante o período ditatorial, consolidou-se a intervenção estatal na economia, na política e na sociedade. O Rio Grande do Sul passou a aplicar uma série de medidas determinadas pelo governo federal. Foram extintos os partidos políticos, queimadas as bandeiras estaduais e eliminados os símbolos regionais.

A campanha de nacionalização teve forte extensão no Estado, sobretudo nas regiões coloniais de origem italiana e alemã. As pesquisas que realizamos demonstraram o impacto das medidas nacionalizadoras implementadas no período, integrando a política educacional adotada à época, cujo conjunto de ingredientes estamos ainda investigando.

É nesse contexto, que merece ser considerado como pano de fundo histórico do período que estamos analisando, que a política educacional vai ter importância significativa, tendo sido sintonizada, a nível nacional, com a modernização industrial e o projeto de desenvolvimento posto em curso no país, à época.

2 Discursos do poder e política educacional

Visando perceber a relação existente entre o conteúdo dos discursos proferidos pelos formuladores das políticas educacionais no Brasil e os pressupostos dessas políticas existentes nos livros didáticos de leitura, no período estudado, no Rio Grande do Sul, utilizamos quatro textos que registram os discursos pronunciados, no período de 1933 a 1938, pelo Presidente Getúlio Vargas, em momentos específicos, ou seja: os

discursos pronunciados por Vargas, na Bahia, em 18 de agosto de 1933, sobre a instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola: em 10 de maio de 1936, em resposta à manifestação popular recebida, na capital federal, por ocasião do regresso de Petrópolis, sobre a necessidade e dever de repressão ao comunismo; na cerimônia comemorativa do primeiro centenário da Fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1937, sobre os problemas da educação nacional. O quarto texto retratou parte do discurso de Vargas, nesta última solenidade, bem como o pronunciamento do Ministro Gustavo Capanema, nessa ocasião.

O papel da política educacional aparece com muita relevância, nas falas oficiais, como podemos perceber nas palavras de Getúlio Vargas¹:

[...] **precisamos**, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e **regras uniformes à política educacional**, o mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica. Dentro dessa orientação se vem processando, precisamente, desde 1930, a atividade governamental. Cuidou-se de **ampliar as possibilidades do Estado em todos as graus da instrução e ramos do ensino**. Houve sempre [...] convicção de que educar não é apenas transmitir conhecimento ou conferir diplomas de capacidade intelectual.”(1937: 09) [...] O preparo profissional constitui outro aspecto urgente do problema e foi igualmente considerado nas responsabilidades do novo regime. Cabe aos elementos do trabalho e da produção, agrupados corporativamente, colaborar com o Governo para **formar os técnicos** de que tanto carecemos. (1937, p. 9-10)”.

¹ Esclarecemos que, em todas as citações que estamos apresentando nesse trabalho, os grifos são nossos e estão sendo utilizados para ressaltar não apenas elementos relevantes dos conteúdos escolhidos, mas, também, para permitir a percepção da articulação entre as diferentes categorias teóricas que escolhemos para organizar as informações coletadas.

Em relação à política educacional, outros ingredientes podem ser percebidos, nos discursos do Presidente, onde a forte vinculação com a nacionalização e com os valores cívicos e morais é claramente perceptível:

A iniciativa federal, para maior **difusão do ensino primário**, em obediência aos preceitos da nova Constituição, se processará de forma intensiva e rápida, estendendo-se a todo o território do país. Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas, também, de **difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral**, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente na formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhes rumos de nacionalismo sadio [...] A **educação é, entretanto, um problema nacional por excelência**. Torna-se preciso e urgente, por isso, fazer emanar no poder federal tudo o que se refere à sua definição e disciplina. O Código de Educação Nacional, quase terminado, se destina a sanar tão considerável falha, e possivelmente será decretado ainda em 1938. (1938, p.183)

Essa perspectiva é respaldada por Gustavo Capanema, que discute a expansão do ensino relacionada com a questão nacional:

Não bastará difundir escolas. É preciso que cada uma delas, desde a mais singela até a mais complexa, seja organizada de tal modo que funcione [...] como **centro de preparação integral de cada indivíduo, para o serviço da Nação** [...] o programa educativo que por ela deve ser desenvolvido [...] constituem, pois, essencial tarefa a que se deve propor o Governo Federal. Ele pretende realizá-la por meio do Instituto Nacional de Pedagogia [...] montado como um centro de estudos, inquéritos e pesquisas educacionais, e constituirá um órgão de orientação pedagógica, destinado a influir decisivamente na organização e no funcionamento das escolas. (1937, p. 25-26)

A importância da educação é salientada de forma expressiva, tanto nos discursos de Vargas como de Capanema, numa relação muito forte com o projeto nacional. Seleccionamos algumas das falas desses dirigentes, que possibilitam identificar o projeto educacional do governo, no período em estudo.

O processo mais adequado às nossas condições sociais é o que consiste na preparação equilibrada do espírito e do corpo, transformando cada brasileiro em fator consciente e entusiasta do engrandecimento pátrio. [...] A Constituição em vigor estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. O volume dos iletrados constitui obstáculo ponderável, tanto ao aparelhamento institucional, como para o desenvolvimento das atividades produtivas. (VARGAS: 1937, p. 10) A partir dos [...] pioneiros da escola nova [...] A educação passou, então a ser considerada como uma função social de excepcional relevo, e a sua finalidade já não era simplesmente ministrar noções e conhecimentos assentados, mas essencialmente preparar a criança e o adolescente para viver em sociedade [...] Educar seria rigorosamente socializar o ser humano. Despertar no indivíduo o máximo de eficiência, e atirá-lo no largo fórum das competições humanas, eis aí a finalidade visada pela nova pedagogia. (CAPANEMA: 1937, p. 17-18)

Uma longa exposição de Gustavo Capanema merece destaque, pelo conjunto de pressupostos que apresenta, no que tange à política educacional:

A educação, no Brasil, tem que colocar-se agora decisivamente ao serviço da Nação. Sabemos que o Estado tem por função fazer com que a Nação viva, progrida, aumente as suas energias e dilate os limites de seu poder e de sua glória. É esta a decisão com que, no Brasil, o Estado agora se estrutura e mobiliza os seus instrumentos. Ora, sendo a educação um dos instrumentos do Estado, seu papel será ficar ao serviço da nação. [...] A nação tem um conteúdo específico. É uma realidade moral, política e econômica. Assim, quando

dizemos que a educação ficará ao serviço da nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo **sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isso, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado.** A educação atuará, pois, não no sentido de preparar o homem para a ação qualquer na sociedade, mas precisamente no sentido de prepará-lo para uma ação necessária e definida de modo que ele entre a constituir uma **unidade moral, política e econômica**, que integre e engrandeça a Nação. O indivíduo assim preparado [...] Virá para construir a Nação, nos seus elementos materiais e espirituais, conforme as linhas de uma ideologia precisa e assentada, e ainda para tomar a posição de defesa contra as agressões de qualquer gênero que tentem corromper essa ideologia ou abalar os fundamentos da estrutura e da vida nacional. (1937, p. 19-22)

Vargas destaca, no desenvolvimento da educação nacional, o papel do professor:

A **palavra do professor** não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua agilmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. **Desperta nas almas jovens o impulso heróico** e a chama dos entusiasmos criadores. **Concito-vos**, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico – infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil.” (1937, p.12) [...] Trabalhadores intelectuais de todo o país, especialmente aqueles que se consagram ao grave ofício de educar, devem ter, neste momento, os olhos e o coração voltados para o Brasil, procurando compreender as exigências duras do presente e correndo a oferecer a vocação, o esforço e o sacrifício à maior das empresas, de que a **salvação nacional** depende, e que é a **educação completa da infância e da juventude**. Em matéria de educação, cabe, sem dúvida, ao Governo federal o papel precípuo e decisivo. (1937, p.16)

A formação dos professores é preocupação expressa pelo Ministro Capanema:

[...] a primeira medida a ser tomada para a organização de um grande programa de realizações educacionais, é instituir os cursos e montar os estabelecimentos necessários à **formação moral e técnica dos professores**. [...] preparação de professores primários, já se fundaram [...] Esta necessidade é sobretudo imperiosa, no que diz respeito à formação de professores para o ensino secundário, para o ensino profissional de todos os ramos e graus e para o ensino rural. O Governo Federal, nesta matéria, atuará [...] fundando e mantendo estabelecimentos especiais de preparação do magistério. (1937, p. 41)

A utilização da escola, sobretudo a primária, para a formação do cidadão que interessava ao projeto de desenvolvimento capitalista patrocinado pelo Estado, na Era Vargas, aparece com destaque, nas falas pronunciadas pelo Ministro da Educação, em 1937:

[...] se a **educação visa preparar o homem** completo, isto é, como pessoa, **como cidadão e como trabalhador**, afim de que êle realize integralmente, no plano moral, político e econômico, a sua vida, para servir a Nação, se a educação tem esta grave finalidade, claro está que **o Estado deve assumir a sua suprema direção** [...] Cumpre fixar, em um corpo de lei, os preceitos diretores da educação nacional, de modo que todas as atividades educacionais do país, de caráter federal, estadual, municipal ou privado, se rejam pela mesma disciplina. Serão aí estabelecidas as diretrizes ideológicas, sob cuja influência toda a educação será realizada [...] Tal corpo de lei constituirá o Código da Educação nacional. (p. 23) [...] O ensino primário tem que ser considerado, sobretudo, como o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano [...] despertar e acentuar na criança as qualidades e aptidões de ordem física, intelectual e moral, que a tornem rica de personalidade e ao mesmo tempo dotada de **disciplina e eficiência, estes dois atributos essenciais do cidadão e do trabalhador**. (p. 27)

O ensino profissional, criado no período do Estado Novo, é uma das marcas constitutivas da política educacional à época. Vargas e Capanema reforçam essa iniciativa, conforme suas palavras apresentadas abaixo deixam perceber:

[...] a Constituição declara que, em matéria de educação, **difundir o ensino profissional é o primeiro dever do Estado**. [...] o Brasil precisa urgentemente de adaptar-se às condições contemporâneas, formando numerosas equipes de profissionais, aptos a servir-se das forças mecânicas, que dominam tôdas as formas da atividade do homem moderno [...] O ensino profissional está sendo considerado em seus vários ramos: **industrial, agrícola, comercial e doméstico** [...] O Ministério da Educação e Saúde está procedendo à montagem de um sistema de liceus, em todo o território do país, nas zonas urbanas e rurais, afim de levar a educação profissional de todos os ramos e graus aonde que as necessidades técnicas da população não possam cabalmente ser atendidas pelas iniciativas locais. [...] Prosseguirá o Governo Federal, com esforço cada vez maior, na construção e no aparelhamento dessa rede de liceus, destinados a dar a todo o país, conforme as peculiaridades de cada região, o ensino profissional capaz de transformar a juventude brasileira que aí vem, num **exército de trabalhadores competentes**, úteis a si mesmos e à Nação. (CAPANEMA: 1937, p. 28-31)

Como é possível depreender dos trechos selecionados, a visão hierárquica da sociedade marca, também a educação brasileira, ou seja, para os pobres, o ensino primário e profissional, para a elite, o ensino secundário e superior. Essa compreensão pode ser complementada com a passagem exposta a seguir:

[...] acentuar o caráter cultural do **ensino secundário**, de modo que êle se torne verdadeiramente o ensino **preparador da elite intelectual do país**. Para isto, força é excluir toda a preocupação de enciclopedismo, que é de natureza estéril, para que tomem o primeiro lugar,

no programa secundário, sólidos estudos das clássicas humanidades. (CAPANEMA: 1937, p. 31-32)

A defesa da ordem, envolvendo a hierarquia social e o trabalho, tem forte presença nos discursos oficiais:

A nova Constituição, colocando a realidade acima dos formalismos jurídicos, guarda fidelidade às nossas tradições e mantém a coesão nacional, com a paz necessária ao desenvolvimento orgânico de todas as energias do país. **Os imperativos de ordem e segurança predominam. Garante o trabalho e o capital, a família e o Estado, as atividades produtivas e o funcionamento regular do poder público.** [...] Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar a sua função sem satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras. Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a **ordem e o trabalho!** Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói; porque, num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade. [...] **O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem.** [...] **O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana!** Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. (VARGAS: 1938, p.114/115 e 203-204)

A defesa da hierarquia social e da família também merece destaque, através da abordagem que é feita da educação da mulher. O trecho a seguir traduz exemplarmente essa situação.

Os poderes públicos, tendo em mira que a finalidade da educação é preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da Nação, devem na organização dos estabelecimentos de ensino, considerar diversamente o homem e a mulher. [...] no mundo moderno, um e outro são chamados à mesma quantidade de esforços pela obra

comum. Pois a mulher se mostrou capaz de tarefas as mais difíceis e penosas, outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há de, porém, diferir, na medida em que diferem os destinos, que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado, com têmpera militar, para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade, que é o preparo para a vida do lar. A família, constituída pelo casamento indissolúvel, é a base de nossa organização social e está, por isso, colocada sob proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, pela educação que lhe ministra, prepará-la convenientemente para a sua grave missão. E é assim que a educação feminina, pela importância de que se reveste, passa a exigir dos poderes públicos cuidados e medidas especiais. (CAPANEMA, 1937, p. 40)

O conteúdo moral do processo educativo é ressaltado em inúmeras passagens dos discursos oficiais dos dirigentes brasileiros, das quais selecionamos a seguinte:

Qualquer escola, seja qual for o grau ou ramo do seu ensino, mas sobretudo a escola primária, deve incluir, no programa de seus trabalhos, a educação moral. [...] O Governo Federal tem em alta conta este aspecto do problema educacional. No Código da Educação Nacional, a **educação moral, de que o ensino religioso é a base das mais sólidas**, terá definição plena. [...] À propósito da educação moral [...] um dos elementos educativos de mais alto valor, o canto orfeônico, que deverá ser organizado e praticado em todas as escolas do país. (CAPANEMA: 1937, p. 39)

A relação entre educação, trabalho, saúde e higiene, é expressa de forma significativa nas falas oficiais, constituindo-se, igualmente, em forte conteúdo da política educacional do período. As palavras de Vargas e Capanema, nesse sentido, são expressivas:

A par da instrução, a educação: dar ao sertanejo [...] a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a

alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; **enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho**, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos. [...] instruir [...] dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar independência, a vida ou transformando-o em um **produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente do seu valor moral** (VARGAS: 1933: p. 119, 121- 122) A **educação física**, pelo papel que representa na formação integral da personalidade, deve ser ministrada em todas as escolas. As crianças e os adolescentes, sejam quais forem os estudos a que estejam consagrados, precisam receber, com método, segundo processos racionais, **esta espécie de educação, que lhes será propícia à saúde**, que lhe dará ao corpo equilíbrio e agilidade, que o dotará de coragem, alegria e fervor, que concorrerá, afinal, para lhes robustecer o caráter e a inteligência. (CAPANEMA: 1937, p. 38)

O combate ao comunismo é largamente pregado pelo Presidente Vargas, em sua manifestação na capital federal, em 1936:

A ação devastadora do comunismo russo é vária e multiforme [...] engendrou uma técnica especializada do crime contra a ordem social [...] atividade anti-social dos audazes agitadores adestrados e mantidos pela INTERNACIONAL COMUNISTA instalada em Moscou. [...] aos comunistas [...] aos que nos afrontam e atacam dentro de nossa própria casa devemos dispensar tratamento bem diverso. Contra os inimigos de portas a dentro [...] a luta deve ser dura., decidida e constante. **Para combatê-los, é indispensável a união dos brasileiros de todas as camadas sociais e de todos os matizes políticos**, antepondo uma muralha intransponível à onda dissolvente que pretende destruir os nossos lares e aniquilar, com o patrimônio material e espiritual dos nossos maiores, o próprio futuro dos nossos filhos. (p. 151-154)

Os elementos acima apresentados, e que refletem importantes aspectos da política educacional nacional do período,

serão relacionados com o conteúdo que encontramos nos livros de leitura, adotados no Rio Grande do Sul à época.

3 Os livros de leitura como instrumento da política educacional

Na busca de elementos empíricos que nos possibilitassem compreender a política educacional implementada no Rio Grande do Sul, no período de 1930 a 1945, os livros didáticos nos permitiram perceber aspectos significativos do processo estudado. Do conjunto de exemplares localizados, a opção inicial foi a análise dos livros de leitura, pelo conjunto de elementos que afloraram, em termos do conteúdo dos mesmos, em que foi possível identificar forte relação com a política educacional então implementada.

O procedimento metodológico utilizado foi o de selecionar o conteúdo identificado nos livros, agrupando-o através de categorias teóricas escolhidas para organizar as informações. Essas categorias, uma vez aproximadas, permitiram perceber os ingredientes ideológicos que integraram o processo de consolidação do modelo político, econômico e social implementado no Rio Grande do Sul, à época.

As categorias escolhidas foram: trabalho, propriedade, hierarquia, família, ordem, civismo, heróis, higienização e educação. Esclarecemos que algumas dessas categorias encontram-se articuladas, em diversos momentos, na construção dos conteúdos dos livros de leitura, que eram utilizados pelas crianças das escolas primárias do Rio Grande do Sul.

Chama a atenção a afirmativa que encontramos, na introdução da obra de Erasmo Braga, sobre o papel que foi destinado ao livro de leitura que o autor apresentava e que é um indicativo do papel a ele conferido, como podemos apreciar através das palavras do autor:

Este livro de leitura tem por fim principal fornecer ao professor material para o ensino da leitura, ao passo que proporciona ao aluno assuntos vários que visam a sua educação intelectual, cívica e moral sem perder de vista os elementos estheticos [...] O presente volume constitui uma galeria de quadros da vida comum, singela e sadia de indivíduos a quem a economia e um inteligente governo doméstico fazem otimistas e felizes. (BRAGA, S/D. III.)

Para fins deste trabalho, iremos trazer as reflexões que desenvolvemos a partir das categorias indicadas, ressaltando que se trata de uma primeira sistematização de um universo de informações bem mais amplas do que poderemos retratar aqui.

A consolidação do ideário nacionalizador e legitimador do Estado-Nação que se afirmava, à época, destacam-se elementos que merecem ser explicitados. O civismo é permanentemente salientado, como podemos observar através dos trechos escolhidos e que expomos a seguir.

É no **trabalho honesto**, que enriquece a nação. É com a instrução militar para a defesa da Pátria, na hora do perigo. É **servindo bem a Pátria**, na paz e na guerra. (BRAGA, 1944, p.41) Ninguém é humilde demais para cumprir o seu dever com heroísmo e dedicação. (BRAGA, 1944, p.137) [...] os meninos podem prestar grandes serviços á sua pátria e á humanidade, com muita inteligência e coragem. (BRAGA, S/D. p.112)

A pátria, como conceito chave, aparece com destaque em todas as publicações analisadas, como é possível perceber nos trechos que selecionamos, entre outros tantos que poderíamos apresentar, mas que, pelas dimensões deste texto, não puderam ser incluídos.

O **patriotismo** exclue effectivamente o cosmopolitismo [...] Há [...] quem pregue e sustente o cosmopolitismo [...] Brasil, para nós o seu território é mais sagrado do que qualquer outro, o seu pavilhão mais digno da nossa veneração que todas as bandeiras do mundo. (RIBEIRO, S/D. p. 89) Conhecer a historia da patria é conhecer as

suas lutas e os seus revezes; os seus triumphos e os seus dias gloriosos; os homens que a tem illustrado em todos os tempos [...] heróicos antepassados que morreram combatendo os primeiros inimigos, expellindo os primeiros invasores, edificando com sangue e lagrimas os primeiros templos e as primeiras cidades. (RIBEIRO, S/D. p. 120-121) [...] a pátria precisará do vosso concurso, das vossas faculdades, do vosso amor, do vosso patriotismo [...] é necessario que vos mostreis dignos de tamanha gloria servindo-a com todas as dedicações. (RIBEIRO, S/D. p.121) [Para servir a **pátria**] [...] basta que eu seja instruído, honesto e trabalhador. [...] homem vadio ou [...] criminoso [...] se pensasse na pátria não praticaria actos indignos della! [...] O que ama o seu paiz deve honral-o, engrandecel-o. (RIBEIRO, S/D. p. 120)

Os efeitos da campanha de nacionalização tão fortemente implementada no período de nosso estudo, também podem ser percebidos, sobretudo no que tange às regiões coloniais: “[...] sou de **origem italiana, o Brasil é minha pátria**. Sou brasileiro de nascimento e de coração. Pelo Brasil farei tudo.” (S/A. 1930, p. 93)

Não faltam exemplos edificantes do mais exacerbado patriotismo, como destaca a apologia feita a figuras representativas da história brasileira: “General Osório, um grande general gaúcho [...] soldado da pátria e da liberdade [...] um semi-deus [...] Avante! Viva o Brasil! avante! avante!” (S/A. 1930, p. 54)

A idéia de ordem é ressaltada tanto no plano social como familiar, configurando mais um dos ingredientes que integraram o imaginário coletivo reforçado pelo conteúdo dos livros de leitura:

Começa-se por casa, meu filho. É aqui, aprendendo a cumprir o dever, a falar a verdade, a obedecer e a servir, a trabalhar e tornar-nos úteis, a estimar aqueles que Deus nos deu. (BRAGA, 1944, p. 40-41) Um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar – esta é a norma que a mamai dá aos domesticos para trazer a casa em **ordem**. (BRAGA, S/D. p.07) [...] juiz [...] garantia da paz e da ordem pública [...] (BRAGA, S/D. p. 119)

Nesse contexto, o valor do núcleo familiar é ressaltado com destaque, nas publicações analisadas, complementando o universo de valores destacados: “A primeira de todas as escolas é a **família**, porque os primeiros educadores são o pae e [...] a mãe sobretudo.” (RIBEIRO, S/D. p.97)

Salta aos olhos do leitor atento a valorização e naturalização dos valores relacionados ao modelo capitalista, já dominante no cenário gaúcho, mas cujo reforço destaca-se em vários aspectos. A defesa da propriedade privada é um dos mais expressivos.

Nunca se deve entrar na **propriedade** alheia sem a licença do dono, especialmente quando se pretende utilizar de qualquer coisa, seja do terreno, da mata ou da água. (BRAGA, 1944, p. 111) Reparem como é bonita a nossa casa. Não é rica, não tem luxo. Mas é a *nossa casa*. Foi papai quem comprou o terreno, trabalhou muito. Economizou muito. (BRAGA, 1944, p. 5-6) [...] as leis do nosso paiz e estas garantem a cada um o **direito de propriedade.**” (BRAGA, S/D. p.117) Tirar de outrem o que lhe pertence é uma violencia. (RIBEIRO, S/D. p. 66) Até aqui, meus amigos, tenho falado dos **deveres** que consiste em não atacar a vida, a **liberdade e os bens** dos nossos semelhantes. (RIBEIRO, S/D. p 68) A economia é a base da prosperidade. (S/A. 1930, p.36)

Aliado ao valor da propriedade, encontramos a defesa ideológica do trabalho, como valor social e produtivo. São muitas as representações de ingrediente fundamental para a configuração do ideário social do período, como podemos perceber através das citações que escolhemos, entre tantas outras que poderiam ser ainda incluídas, pois realmente é surpreendente como os livros de leitura acentuam este elemento constitutivo do ideário da época.

Eu e o José começamos a **trabalhar pela Pátria**. O filho do vizinho, o Tônico, não sabe ler. Pedimos ao papai que comprasse uma cartilha, um caderno e um lápis. E começamos a dar-lhe as nossas lições. (BRAGA, 1944,

p. 42) Quem não sabe empregar bem seu tempo, e desperdiça as horas vagas, perde muito. Há no **trabalho**, tanta alegria que é uma pena, se não a soubermos aproveitar. (BRAGA, 1944, p. 157) Madruga e verás, trabalha e terás. (BRAGA, S/D. p.5) Reserve-se o dia para o trabalho, a noite para o descanso, e o domingo para as relações sociais e a vida ao ar livre. O domingo é o descanso instituído por Deus em favor do operário. (S/A. 1930, p. 152)

O objetivo de formar cidadãos saudáveis, através da escola, aparece muito nítido, em numerosos trechos dos livros de leitura. Os cuidados com o corpo, os hábitos de higiene e a atenção com a saúde são aspectos recorrentes e que revelam um dos elementos da política educacional do período, como podemos perceber pelas citações apresentadas abaixo.

[...] O asseio deve existir em todos os aposentos, porque ele é um auxílio para a nossa saúde e nos faz bem, na medida do esforço que empregamos para guardá-lo. (HEUSER, 1943, p.84) Mamãe ralhou com ele por ter rasgado a jaqueta e sujado a calça de tinta. Ela quer que sejamos asseados: faz-nos todas as manhãs tomar banho, escovar os dentes e pentear os cabelos; antes das refeições também nos penteamos e lavamos as mãos; quando as unhas estão crescidas, manda-nos cortá-las e recomenda-nos que devemos trazê-las sempre limpas. [...] Devemos cuspir na escarradeira e não no chão; mas o melhor é evitar o mau hábito de cuspir. (HEUSER, 1943, p.108)

A hierarquia social também é consagrada através dos livros didáticos, conferindo uma naturalidade à ordem social e às desigualdades sociais nitidamente perceptíveis, nas obras didáticas que analisamos:

Todos os empregados seguem uma **regra**, que mamãe repete, para que a casa esteja sempre em **ordem**. Essa regra é: *um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar*. Siga também esta regra. (BRAGA, 1944, p.11) As desigualdades que existem são inevitáveis, e consideram-se desigualdades necessárias: - dependem da inteligência,

da saude e da fortuna. (RIBEIRO, S/D. p. 91) Qualquer que seja a idade ou condição de um filho, deve elle sempre reconhecer, tanto em seus paes como em seus legitimos **superiores**, uma autoridade necessaria e incontestavel. (RIBEIRO, S/D. p. 101) Os **criados** são os domésticos. Elles recebem pagamento pelo serviço que prestam. São pessoas de confiança. [...] Todos em casa trabalham para si e para o bem de todos. Os domesticos têm dia de folga e hora de repouso. Elles, porem, servem de boa vontade em todas as ocasiões que a família precisa de seus serviços. (BRAGA, S/D. p.6)

Aliado a esse conjunto de valores que apresentamos, e que vão configurando o universo ideológico legitimador da ordem social, econômica e política implementada à época, no Rio Grande do Sul, os valores morais aparecem, com clareza, cimentando o imaginário coletivo que predominou à época.

O tempo proprio para **educar a vontade** é a juventude. (RIBEIRO, S/D. p. 24) A ociosidade é um perigo constante, pois está cercada de todos os vicios, associada de antemão a todos os crimes. (RIBEIRO, S/D. p. 30) O homem **ocioso** [...] é um depravado e o seu contato deve ser evitado como se fosse um leproso. (RIBEIRO, S/D. p. 30)

Nesse contexto, a importância da educação é da maior relevância, já que é através da atividade educativa que o conjunto de valores até aqui apresentados foi sendo legitimado, reforçado e consolidado. O valor do trabalho, por exemplo, é amplamente difundido pela escola:

A **instrução** é a riqueza do pobre. Devemos aplicar toda a nossa intelligencia ao estudo, pois a ignorância é um grande mal. O trabalho afugenta o aborrecimento. (S/A. 1930, p. 6) [...] os nossos alunos não recebem isso de favor – êles obtêm sua merenda pelo seu trabalho. Vamos ver as oficinas e a horta. (BRAGA, 1944, p. 124)

A importância da leitura, na apropriação das idéias é defendida pelos próprios manuais didáticos: “A **leitura** é instrumento de ideação e expressão. É o meio e não o fim. Por ela granjeiam-se idéias e aprende-se a exprimi-las.” (MORAIS, 1930, p. 307)

Na construção do imaginário social da época, o papel da educação é sistematicamente reafirmado: “A maior riqueza de um povo é a instrução – saber ler e escrever.” (BRAGA, S/D. p. 40). A escola para filhos dos operários não é proposta como um direito de todos e dever do Estado, fato que, ao longo do período passa a sofrer transformações, com o estabelecimento da educação primária pública e gratuita. Os livros de leitura analisados ainda reforçam o caráter privado da educação:

Não é gratuita – todos pagam um pouquinho [...] Em nossa terra ha a idea que o governo tem a obrigação de fazer tudo o que o povo precisa. Mas [...] homens inteligentes já comprehendem que os cidadãos devem cuidar do povo, sem pedir auxilio ao governo. (BRAGA, S/D. p. 126-127)

Um dos ingredientes expressivos da política educacional do período é a implementação da educação profissional, defendida tanto a nível nacional como regional. E os livros de leitura não deixaram escapar esse aspecto, ao propor a implementação de escolas profissionalizantes:

Tanto aos governos como á sociedade incumbe o dever de fundar ESCOLAS PROFISSIONAIS, CURSOS MODELOS [...] (RIBEIRO, S/D. p. 32) [Cursos profissionais; instrução e trabalho] [...] combate do **trabalho** contra a miséria [...] onde não ha canhões, nem trincheiras [...] mas o suor que fecunda, as **fábricas**, as oficinas, as **escolas**, os cursos profissionais, os certames da industria, as academias, e por fim o vapor e a eletricidade vinculando e unificando os povos! (RIBEIRO, S/D. p. 3)

A modernização almejada pela nação brasileira passava pela educação, o que é salientado insistentemente nas páginas dos livros de leitura que analisamos:

[...] eis a divisa do século [...] a **sciencia** [...] hoje ela é acessível a todas as classes sociais [...] (RIBEIRO, S/D. p. 4) Para gozar da mais ampla liberdade é mister que a intelligencia se haja desenvolvido pelo estudo. (RIBEIRO, S/D. p. 13) [...] a **instrução** dá-nos a sciencia, mas a educação dá-nos a sabedoria. (RIBEIRO, S/D. p. 51)

Papel de destaque é atribuído, nas obras investigadas ao professor primário, cuja função social é largamente alardeada. No entanto, percebe-se a visão idealizada desse mestre, muito mais um missionário a serviço da nação do que um profissional da educação. Essa configuração ideológica do professor encontra sua explicação na política educacional da época e no ideário que a legitimou. Também seu caráter de substituto dos pais é emblemático:

[...] devido também ás profissões que exercem e lhes roubam o tempo, não podem cuidar, tanto quanto desejam do preparo do coração de seus filhos. Eis ahí o **professor** primario substituindo esses paes e essas mães que, depositam nelle o mais sagrado dos penhores [...] (RIBEIRO, S/D. p. 111) [...] para que os meninos possam bem compenetra-se de tão gratos deveres, preciso é que formem uma justa ideia da missão e da autoridade dos mestres [...] O professor é um segundo pae [...] (RIBEIRO, S/D. p. 110) [...] sua missão não se limita pois em derramar [...] os conhecimentos indispensaveis na vida; elle exerce a um tempo dois nobilíssimos sacerdócios – ensina e educa [...] basendo todo o seu ministerio no amor, no desinteresse, na abnegação, na virtude. (RIBEIRO, S/D. p. 111).

Em diversas passagens das obras analisadas, percebemos que as categorias que escolhemos para análise do seu conteúdo encontram-se articuladas, reforçando o ideário que vimos

destacando. É o que podemos perceber no caso do trabalho, civismo, ordem e valores morais.

É no **trabalho honesto**, que enriquece a nação. É com a instrução militar para a **defesa da Pátria**, na hora do perigo. É servindo bem a Pátria, na paz e na guerra. (BRAGA, 1944, p.41) Mas é preciso, meus filhos, acrescentou com ternura, que todos cultivem sempre o amor ao trabalho, qualquer que ele seja. E que trabalhem honestamente e com entusiasmo na profissão que adotarem, qualquer que ela seja. Toda espécie de **trabalho dignifica o homem**. (BRAGA, 1944, p. 47) [...] todas as maneiras de animar e premiar os que trabalham pela nossa riqueza devem ser postos em prática para o **engrandecimento** de nosso país. (BRAGA, 1944, p. 131)

Outros tantos exemplos poderiam ser oferecidos sobre a forma como a narrativa exposta nos livros de leitura articularam os valores que interessavam aos setores dominantes da época, no sentido de estabelecer um ideário legitimador da sociedade então estabelecida. Na impossibilidade de trazermos todas as possibilidades percebidas, apresentamos alguns dos trechos que articulam família, pátria, ordem, trabalho, disciplina e hierarquia:

A **família** é a **Pátria** em ponto pequeno. (BRAGA, S/D. p.4) A **ordem** é o melhor auxiliar do **trabalho**. (BRAGA, S/D. p.7) [Brasil] [...] maior país da América do Sul. Porém é preciso que se construa um grande país através do trabalho, caráter e capacidade dos brasileiros; [...] cumprir o dever, a falar a verdade, a obedecer e a servir, a trabalhar e tornar-nos úteis, a estimar aqueles que Deus nos deu. É na escola, aprendendo as coisas simples [...] mas que nos ensinam a pensar por nós mesmos [...] É com a instrução militar para a defesa da pátria [...] (BRAGA, S/D. p. 39-40) O homem dotado de um espírito cultivado compreende melhor os seus **deveres e direitos** e contempla com mais interesse a família, a sociedade e a pátria. (RIBEIRO, S/D. p. 50) [...] devemos amar a humanidade, mas devemos preferir a

patria, como devemos colocar a familia acima de tudo. (RIBEIRO, S/D. p. 89) [...] é preciso pensar na familia e na pátria em todos os actos da vida. Onde não há virtudes privadas não há também virtudes cívicas [...] Lembrae-vos de [...] vossa honra [...] a honra de vossos paes e a honra de vossos concidadãos que forman a grande familia de que a pátria é a mãe commum. (RIBEIRO, S/D. p. 120)

Na conclusão da obra de Hilário Ribeiro, encontramos a mensagem com a qual pretendemos encerrar essa primeira exposição dos resultados das investigações que realizamos nos livros de leitura que foram utilizados nas escolas primárias do Rio Grande do Sul, no período de nosso estudo. Parecem-nos palavras significativas para compreender o quanto essas obras merecem ser entendidas no conjunto mais amplo das ações políticas que marcaram a educação rio-grandense, à época.

Meus amigos [...] Esforcei-me quanto pude para encaminhar-vos na senda que devem trilhar os **homens de bem**. Mais alguns dias e entrareis na vida pratica, na luta pela existencia: cada um de vós escolherá uma carreira, irá exercer uma profissão. Novas obrigações, portanto: é a esphera do **dever** que se dilata, é a **moral** seguindo o homem em todas as circunstancias [...] em todas as relações que o unem á familia á patria e a humanidade [...] (RIBEIRO, S/D. p. 143)

Considerações finais

As considerações aqui apresentadas tiveram a finalidade de tornar público o resultado das pesquisas que estamos desenvolvendo sobre a política educacional rio-grandense, mais especificamente, nesse momento, sobre o papel desempenhado pelos livros de leitura como instrumentos dessa política. Os resultados ainda são parciais, por se tratar de uma pesquisa em andamento e por estamos socializando a análise realizada em

algumas das obras que selecionamos para o estudo e que não foram plenamente esgotadas.

Mesmo constituindo-se numa primeira aproximação a este tipo de estudo, entendemos que os elementos que apresentamos nos permitiram perceber o quanto os livros didáticos de leitura foram veículos portadores e transmissores do ideário legitimador do sistema sócio-econômico e político estabelecido no Rio Grande do Sul, no período que investigamos. Por outro lado, a relação que realizamos com os discursos dos dirigentes nacionais responsáveis pela política educacional brasileira permitiram perceber que os livros de leitura retrataram, de forma expressiva, os pressupostos da política educacional implementada no país.

Através das categorias teóricas escolhidas para sistematizar as informações selecionadas nas obras estudadas, foi possível perceber a constituição de um universo de valores que foram sendo transmitidos às crianças das escolas primárias do nosso Estado, preparando-as para a sua inserção ordeira e disciplinada na sociedade de então. A preparação de cidadãos educados, produtivos e disciplinados, conhecedores de seus deveres para com a pátria, foi tarefa da escola primária e, nesse processo, os livros de leitura tiveram um papel significativo, como parte da política educacional do período.

Referências

BRAGA, Erasmo. **Leitura II**. São Paulo, Melhoramentos, ed. 157, 1944.

_____. **Leitura I**. São Paulo: Melhoramentos, ed. 86, S/D.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Realizações 1. **Panorama da Educação Nacional. Discursos do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema**. Ministério da Educação e Saúde: Rio Janeiro, 1937.

HEUSER, Bruno (org). **Terceiro Livro de Leitura**. Ed. 22. Petrópolis: Editora Vozes, 1943.

RIBEIRO, Hilário. **Quarto Livro de Leitura**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Libreiro-Editor, S/D.

S./A. **O Meu Segundo Livro**. Porto Alegre: Livraria Selbach & Fagundes, 1930.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil II. O ano de 1932. A Revolução e o Norte**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1933.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil IV. Retorno à terra natal. Confraternização sul-americana. A revolução comunista. Novembro de 1934 a Julho de 1937**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1937.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil V - O Estado Novo – 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

Berenice Corsetti - Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS. E-mail: bcorsetti@unisinós.br.

Elisabete Magda Klaus – Graduada em História pela Unisinós. Graduanda em Pedagogia na Unisinós, Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: elisabete_klaus@yahoo.com.br.

Márcia Cristina Furtado Ecoten - Graduanda em História na Unisinós. Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: marcia.ecoten@hotmail.com.

Data de recebimento: 20/11/2008

Data de Aceite: 20/02/2009